Era uma vez a biblioteca: considerações sobre o livro, a leitura e a literatura

Dra. Maria das Graças Monteiro Castro - FIC/ UFG.
Dra. Laura Vilela Rodrigues Resende - FIC/ UFG.
Ms. Cássia Oliveira - PPGCOM/ UFG.

Para iniciarmos uma incursão pela biblioteca, buscamos recuperar, neste texto, a história da leitura, no que diz respeito a alguns de seus aspectos constitutivos. Para tanto, valemo-nos do ensaio "O narrador", de Walter Benjamin, visando não só discutir as formas de narrativas por ele expostas na contraposição entre moderno e tradicional, mas também apresentar a teoria benjaminiana de narrativa, segundo a qual a cultura moderna de uma teoria da modernidade é concebida por meio do desaparecimento da figura do narrador. Posteriormente abordaremos sobre a relação que o livro, a leitura e a literatura mantêm com o mercado.

Benjamin não apresenta uma visão folclórica da literatura oral, pois, para ele, a narrativa tradicional está irremediavelmente perdida na história da civilização, razão pela qual não há nenhuma proposta de retomada dessa tradição tal qual era. O autor, ao discorrer sobre a importância da narrativa e a experiência comunicável, afirma que as melhores narrativas escritas são "as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos" (BENJAMIN, 1993, p. 198).

Para Benjamin, os narradores anônimos se dividem em dois tipos: 1) o narrador que vem de longe, representado pela figura do marinheiro comerciante; 2) o narrador que vive sem sair do seu país e conhece bem a tradição, expresso pelo camponês sedentário. A extensão real da narrativa só poderá ser compreendida se se considerar a interpenetração desses dois tipos de múltiplas maneiras. Desse modo, a figura do "narrador" só será concreta caso se possa contar com a presença desses dois grupos. A ilustração que o ensaísta apresenta para essa questão é a de uma fala perpetuada pelo povo que diz: "quem viaja tem muito que contar", qualificando-o como alguém que vem de longe. No entanto, também se escuta com prazer quem fez a vida sem sair do seu país e conhece as histórias e suas tradições. Trata-se, portanto, de dois estilos de vida que conservaram suas características próprias. Desse modo,

retomando-se todas as formas de narrativas em seus aspectos coletivo, oral e pedagógico, por oposição temos o individualismo e as deformações das formas modernas, cultas e urbanas de narrativa (romance moderno, *short-story*, jornal).

O conceito de narrativa está impregnado de significado histórico-social. No ensaio aqui analisado, Benjamin reafirma a definição original atribuída à "narrativa" e estabelece distinções entre esta e o "romance". Mediante a concepção de história materialista de um historiador capaz de fundar o conceito de "tempo de agora", Benjamin observa que "o narrador" de agora não consegue mais alcançar plenamente sua proposta de narrar, mostrando-se distante e tendendo a continuar assim. E explica por que isso ocorre:

> [...] são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1993, p. 197-198).

Daí explica o fenômeno da seguinte forma: "as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo" (BENJAMIN, 1993, p. 198). Para o autor, isso decorre da falta de experiências comunicáveis, transmitidas de boca em boca. Elas seriam a fonte a que recorrem os narradores.

Benjamin (1993) considera o advento da informação como demonstração da morte da narrativa, entendida como a forma artesanal de comunicação que não resistiu à modernidade. O autor esclarece que existem incompatibilidades inconciliáveis entre a narrativa e a informação. Enquanto a narrativa proporciona reflexão, espanto e nunca se dissipa, a informação aparece de forma efêmera e necessita ser sempre apresentada como novidade. Hoje se padece de um encurtamento no processo narrativo diante da dinâmica do mundo moderno – a brevidade –, que se constitui na tarefa do cronista.

O primeiro indício da evolução que vai culminar com a morte da narrativa, para Benjamin (1993), é o surgimento do romance, no início do período moderno. Essencialmente vinculado ao livro, o romance só se difunde com a invenção da

imprensa, não precedendo da tradição oral nem a alimentando. Sua origem é o indivíduo isolado. O narrador relata sua experiência, ou outros a contam. O romancista segrega-se, não recebe conselhos e nem sabe dá-los: "anuncia a profunda perplexidade de quem vive" (BENJAMIN, 1993, p. 201). O primeiro grande romancista foi Cervantes, com *Dom Quixote.*

A preocupação recorrente em situar o "narrador" e a "narrativa" e em distingui-los entre "romancista" e "romance" está fundada na necessidade de demonstrar a perda do caráter da experiência coletiva e de suas consequências: a impossibilidade da comunicação. A morte da comunicabilidade pelo enfraquecimento/declínio da experiência coletiva (*Erfalhrung*) decreta o fim da narrativa tradicional. A nova forma de comunicação é a informação, consolidada pela revolução burguesa e pelo fortalecimento da burguesia, que tem na imprensa um dos instrumentos mais determinantes do capitalismo. A informação é tão estranha à narrativa quanto ao romance, provocando nele também uma crise.

O fundador do jornal Le *Figaro*, Villemessant, declara a fórmula da essência da informação: "Para meus leitores, o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri" (*apud* BENJAMIN, 1993, p. 202). Essa afirmação vem determinar que a informação tem de ser plausível e de aspirar a uma verificação imediata, diferentemente do saber que vinha de longe, do acúmulo de experiências dos relatos antigos. Absolutamente atual, Benjamin (1993, p. 203) afirma:

> Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações [...] o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.

Toda essa construção fundamenta-se na constituição da sociedade moderna, que está determinada pelo tempo e pelo trabalho entrecortado do modo de produção capitalista.

Quando se retoma a história da leitura, prática aparentemente banal, mas necessária e só possível aos alfabetizados – para além da tradição oral tão bem qualificada em "O narrador", de Benjamin –, vê-se que ela é construída particularmente pela história cultural, nas diversas abordagens existentes: linguística, teoria literária, antropologia cultural, entre outras. Assim, a sociedade vai configurando, em diferentes momentos históricos, as variações das formas de leitura desenvolvidas. Para os gregos, a leitura era a comunicação falada – a oratória e a retórica. Para Fischer (2005), os gregos traduziam a leitura como reconhecimento, como leitura em voz alta. Afirma ainda que a capacidade de ler e escrever propagou-se no século VI a.C., quando a escrita passou a ser mais usada na vida pública e semipública. A maioria dos atenienses, conforme Canfora (1989), mesmo com os rudimentos da leitura, só a utilizava para negócios, administração e política.

Na Idade Média, a leitura e a escrita estavam restritas ao clero. Tratava-se sobretudo da leitura e cópia de documentos escritos e de livros das civilizações greco-romanas. No entanto, havia uma diferenciação importante nos processos realizados nas abadias: o reconhecimento de sinais alfabéticos e a leitura propriamente dos livros ou opúsculos (folhetos). Umberto Eco (1983, p. 54) descreve assim a biblioteca de um mosteiro:

> A biblioteca nasceu segundo um desenho que permaneceu obscuro a todos durante séculos e que a nenhum dos monges é dado conhecer. Somente o bibliotecário recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu, e o comunica ainda em vida, ao ajudante-bibliotecário, de modo que a morte não os surpreenda, privando a comunidade desse saber. E os lábios de ambos estão selados pelo segredo, somente o bibliotecário tem o direito de mover-se no labirinto dos livros, somente ele sabe onde encontrá-los e onde guardá-los, somente ele é responsável pela sua conservação. Os demais monges trabalham no *scriptorium* e podem conhecer o elenco de volumes que a biblioteca encerra. E um elenco de títulos sempre diz muito pouco, somente o bibliotecário sabe da colocação do volume, do grau de sua inacessibilidade, que tipos de segredos, de verdades ou de mentiras que o volume encerra. Somente ele decide como se deve fornecê-lo ao monge que os está requerendo, após ter-se consultado comigo, diz o Abade.

A existência e a criação de bibliotecas não garantiam leitores habilitados. Em Roma, ainda de acordo com Canfora (1989), as bibliotecas se constituíram em um

modismo no início do Império; eram particulares e também não significavam que leitores eram formados por meio delas. Um dos exemplos citados pela autora é a biblioteca de Lúculo, que continha praticamente obras gregas clássicas e era acessível apenas aos eruditos bilíngues. Naquela época, já se lamentava a falta do interesse pela leitura individual ou pública.

Com o surgimento do cristianismo, ocorreu uma maior democratização da leitura no Império Romano, mediante um processo de alfabetização aleatório, ligado exclusivamente ao surgimento e difusão do Novo Testamento, no período entre a Antiguidade e a Idade Média. Daí poder-se concluir que a religião cristã foi responsável pela alfabetização e pelo desenvolvimento da leitura no mundo ocidental, bem como pela produção e comércio dos livros.

De acordo com Chartier (1988, p. 323), a grande revolução da leitura ocorreu nas universidades europeias a partir do século XII. Só depois os leigos tiveram a chance de acesso à leitura, graças à leitura silenciosa:

> A leitura silenciosa de fato estabelece um relacionamento mais livre e secreto e totalmente privado com a palavra escrita. Permite uma leitura mais rápida [...] Também permite usos diferenciados do mesmo livro: dado o contexto ritual ou social, ele pode ser lido alto para ou com outras pessoas, ou pode ser lido silenciosamente para si mesmo no abrigo do estúdio, da biblioteca ou do oratório.

Ainda segundo Chartier (1988), a "revolução na leitura precedeu a revolução no livro", a substituição do rolo de leitura pelo códex e a invenção da imprensa, no início da Idade Moderna. O livro manuscrito foi então sucedido pelo impresso.

Na história da civilização ocidental, o método de ensino da leitura que tem perdurado até nossos dias é o alfabético, permitindo que indivíduo aprenda o nome das letras na ordem alfabética, ou seja, o abecedário. A esse respeito Darnton (1986, p. 278) assim refere:

> [...] a leitura, ao contrário da carpintaria ou bordado, não é meramente uma habilidade; é uma ativa elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação. Entender como os franceses liam livros, no século XVIII, é entender como pensavam – ou seja, como pensavam aqueles, entre eles, que podiam participar da transmissão do pensamento por meio de símbolos impressos.

Ainda recorrendo a Darnton (1986, p. 286), podemos dizer que o que se lê e como se lê são determinados pelas formas pelas quais os livros, como "objetos físicos", se apresentam nas diferentes épocas. Naturalmente, os leitores os percebiam também de modo diverso. A percepção do leitor do período pré-revolucionário francês pode ser traduzida pelos pedidos de livros feitos por um importante comerciante a um livreiro. As encomendas podem dar uma ideia de seus gostos e hábitos de leitura. As informações fornecidas traziam detalhes bibliográficos (assunto geral, assuntos específicos e títulos desejados de cada área), tais como:

1) História, viagens e geografia (14 títulos detalhados);

2) Livros infantis, pedagogia (18 títulos): divertimento (10 títulos), instrução (4 títulos), pedagogia e educação moral (4 títulos);

3) Religião (12 títulos): sagrada escritura, obras religiosas (7 títulos), sermões (5 títulos).

As especificações correspondiam às categorias descritas em catálogos de bibliotecas do século XVIII. Os livros de literatura infantil e de pedagogia representavam quase um terço do que o referido comerciante encomendara ao livreiro, demonstrando a preocupação com a educação dos filhos, que era quase que exclusivamente realizada em casa. Esse comerciante, conforme Darnton (1986, p. 288), valorizava também os detalhes tipográficos, a matéria-prima (o papel) e a harmonia do "papel, impressão e encadernação". Em uma metáfora, o autor afirma que se provava um livro como se degustava um vinho. Os leitores olhavam para as impressões no papel e – não apenas através delas – buscavam o significado. "E, quando estivesse inteiramente de posse do livro, em todos os seus aspectos materiais, se instalaria para lê-lo" (DARNTON, 1986, p. 288).

Retomando o processo de ensino, Darnton (1986, p. 289) menciona o autor francês Viard, cuja obra *Os verdadeiros princípios da leitura* (*Les vrais principes de la lecture)* defendia o ato de a aprendizagem oral ser seguida pela escrita. O sistema consistia em simplificar os sons e não em soletrar: "a memória facilmente retém coisas lidas várias vezes; assim depois de fazer a criança ler um trecho curto, pode-se começar a interrogá-la sobre ele e a ajudá-la a entendê-lo". Para Viard, o ato de ler não era passivo e nem mecânico de decifração, mas sim uma elaboração do intelecto.

A compreensão seria, portanto, que o domínio das palavras e o entendimento dos textos viessem por eles mesmos.

No século XIX, segundo Chartier (1998, p. 113), a escola, a igreja e a biblioteca constituíram-se nos três principais "corpos profissionais" responsáveis por discursos sobre a leitura com conteúdos diferentes: "a escola republicana e a Igreja Romana não tinham a mesma concepção sobre o que era bom para ler". Valendo-se desses discursos de autoridade, usavam, no entanto, "os mesmos instrumentos para impor o *corpus* das obras e das práticas consideradas legítimas" (CHARTIER, 1998, p. 113). Diante da complexidade do processo, da imprevisibilidade e dos inúmeros caminhos que a leitura percorreu, suas práticas se encaminharam para uma possibilidade de emancipação.

No entanto, torna-se importante tencionar a discussão para se compreender a complexidade do processo de formação do leitor. Entre os estudiosos brasileiros retomamos Luiz Percival Leme Britto, que tem nos inquietado com suas reflexões em torno da leitura. Referimo-nos, especialmente, ao livro *Ao revés do avesso: leitura e formação,* em que, na "Apresentação" à obra, Fabíola Farias (2015, p. 8) afirma que o autor não aceita discursos prontos e incensados sobre leitura e sua pedagogia, e que problematiza, questiona e critica a visão de mundo que faz do ato de ler uma mercadoria. Em suas palavras:

> Seus textos são um convite para pensar a leitura, a literatura, o leitor, a escola e a biblioteca para além do senso comum. [...] o leitor postulado por Luiz Percival é o sujeito que, com base no conhecimento e nas narrativas construídos e registrados pela letra ao longo do tempo e do espaço, conheça e compreenda a história e seu próprio tempo, [...] que se rebele contra a naturalização das desigualdades sociais.
>
> Rejeitando o senso comum e os discursos festivos e alienados em torno da leitura e seus solitários poderes, o autor abre espaço para o dissenso [...] porque leitor, sem adjetivos, Percival desobriga a leitura de salvar o mundo, como esperam e propagandeiam, consciente ou inconscientemente, muitos. No entanto, credita a ele, especialmente à literária, a potência de encontrar palavras e narrativas para nomear, dizer e elaborar o passado, o presente e a promessa do futuro, para que nada, nem mesmo o pior dos horrores ou a maior das solidões, o que ainda não tem nome, [...] possa escapar à história.

Para dar corpo ao seu livro, Britto (2015) reordena seus ensaios em um conjunto que expressa seu pensamento ao longo de quase duas décadas. E, para encerrar esta apresentação, escolhemos o texto “O mal-estar na leitura”, que dialoga com “O mal-estar na civilização”, de Freud, ao comentar uma prosa tida com uma “jovem senhora sobre a vida moderna e as formas de ser na cultura”, a qual afirmava que “viver é fácil, basta não complicar com elucubrações despropositadas”. Ao questionar-se se “será possível que alguém assim não sofra? Não creio”, responde Britto (2015, p. 1).

E assim apresenta seus argumentos: “a afirmação de uma vida limpa e de superfície, sustentada por um certo pragmatismo existencial, fundado por um princípio de fazer e prazer práticos em que predominam a adequação ao real aparente, a diversão e entretenimentos ligeiros” (BRITTO, 2015, p. 12), é uma falácia, “uma das formas de tentar enganar a morte” (BRITTO, 2015, p. 12). Tal premissa, afirma ele, ajusta-se perfeitamente à ordem produtiva e ideológica contemporânea e vai transformar a indústria cultural em régua de participação cultural e política.

Como exemplo nos traz o mundo das opiniões e achismos das redes sociais, que tentam se traduzir como originais e únicos, porém completamente perecíveis e que repercutem as mesmices cotidianas. Trata-se aqui da funcionalidade do sistema, que por meio da pretensa participação do sujeito na expressão do próprio pensamento, da possibilidade de manifestação, expressa uma frágil aparência. Funcionalidade essa que esconde o que Britto (2015, p. 13) vai chamar de “uma profunda homogeneização dos sentimentos e dos comportamentos humanos”.

O caminho teórico e metodológico construído por Britto (2015, p. 13-14) se faz para contextualizar o ambiente em que se inserem os discursos sobre leitura, reafirmando o que ele denomina uma subjetividade inchada e a legitimação do prazer-lazer narcotizante. O que está em jogo é a reiterada divulgação da satisfação causada pela leitura e pelo reforço de que o sentido último do texto é obra do leitor e do pragmatismo pedagógico de ensinar e aprender o útil e necessário. Tais perspectivas apontam para a afirmação de que o leitor – infantil ou adulto – “pode encontrar fantasia e bem-estar no texto que se lhe apresenta” (BRITTO, 2015, p. 14), desde que não expresse a estupidez da vida, e portanto não faz sentido promover esse tipo de leitura.

As condições concretas de produção tanto do produto livro quanto do seu consumo estão postas na ordem prática do cotidiano, presas em indicadores de mercado, reafirmando os discursos de ler por ou com prazer e de ler para ser melhor. Ou como bem define Britto (2015, p. 15), como sinal de desenvolvimento e valor que culminam no que se tem chamado de "um bem em si, um valor hispotasiado, uma percepção invertida da realidade".

A leitura, a literatura e o livro no mercado

Para que possamos avaliar a relação estabelecida entre o livro de literatura infantil, a família, a escola e a biblioteca seria preciso considerar a influência da indústria editorial na circulação do livro, bem como no uso que lhe é atribuído. Tomando o conceito de indústria cultural como referencial teórico, observamos que o mercado do livro assume responsabilidades que originariamente seriam de outras instituições, no que se refere à seleção dos livros e às atividades a serem desenvolvidas com as obras seja na família, na biblioteca ou no contexto escolar. Percebemos claramente que as ações do mercado emprestam ao livro de literatura infantil um caráter exclusivamente escolar, o que contribui para transformar o texto literário em livro com finalidades pedagógicas.

Como produto do trabalho, o livro contém em si trabalho objetivado, materializado, convertido em mercadoria. A mercadoria livro caracteriza-se por satisfazer necessidades humanas culturais e espirituais, o que lhe confere seu valor de uso. Mas é como valor que a mercadoria livro se iguala a todas as outras mercadorias existentes.

A indústria editorial segue as mesmas regras de produção de toda e qualquer mercadoria, e seus produtos constituem-se pela utilidade ou seu valor de uso, que é determinado pela qualidade real do produto livro, mas é sobretudo por seu valor que se configura no mercado. O valor de uma mercadoria expressa a objetivação ou materialização do trabalho abstrato; portanto, visto dessa forma, sob a égide do capital, o livro é uma mercadoria como outra qualquer, e sua especificidade fica submetida aos preceitos do mercado.

Apesar de o livro de literatura infantil ser uma das inúmeras mercadorias postas para o consumo pela indústria cultural e estar submetido às mesmas condições de produção, comercialização e consumo de outros produtos, ele ainda guarda em sua forma a relação simultânea e indissociável do material com o espiritual. O livro literário torna-se, ao mesmo tempo, veículo de massificação pela forma como é tratado e pela possibilidade de superação dessa condição, dadas as características inerentes à criação artística. E não há como separar forma e conteúdo, tal qual quando Adorno (1991, p. 55) afirma que em "Homero, epopéia e mito, forma e conteúdo, não se separam simplesmente, mas se confrontam e se elucidam mutuamente".

Como bem cultural, o livro literário é resultado de criação artística e, como tal, torna-se importante instrumento de formação intelectual e afetiva, sobretudo para crianças em plena fase de aprendizagem. E é exatamente dentro dessa necessidade produzida que se localiza o livro de literatura infantil, que ele é colocado para ser consumido: classificados num catálogo para divulgação, a indústria editorial os transforma em produtos adequados às necessidades detectadas ou criadas para uma finalidade pedagógica. Na realidade o livro continua a ser o mesmo, mas sua publicidade corresponde às necessidades previamente traçadas pelo mercado.

As formas de mediação do mercado tomam o livro como um produto, num processo de produção que não fabrica somente o objeto de consumo – o livro – mas o modo como este será consumido. Portanto, como qualquer outro produto do capital, a necessidade de consumo precisa ser criada e constantemente alimentada. No caso do livro, a escola surge como intermediária perfeita ao processo, ou seja, exerce uma função determinante no impulso para a produção e consumo do livro. Quando se trata do livro de literatura infantil, que tem uma função subsidiária ou complementar dos conteúdos curriculares, o caráter empresarial da mediação orientada para o lucro está presente em todo o processo de circulação do livro no ambiente escolar.

O mercado incorporou em sua propaganda a contradição existente no objeto livro que guarda características de um produto de consumo e as possibilidades existentes no bem cultural de superação da condição predeterminada do modo de consumo. Portanto, o mercado divulga seus produtos com promoções e orientações

pseudopedagógicas dirigidas para o lucro, garantindo presença em toda extensão do processo de leitura escolar, mediante ações justificadas com o discurso da promoção do livro, do leitor e do professor.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Caprichos bibliográficos. *In:* ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. (Biblioteca Tempo Brasileiro, 36).

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Ao revés do avesso:* leitura e formação. São Paulo: Pulo do Gato, 2015. p. 4-15.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida:* história das bibliotecas de Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. *Frenchness in the history of the books:* from the history of publishing to the history of reading, 1988. Disponível em: http://www.americanantiquarian.org/proceedings/44539410.pdf. Acesso em:

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro:* do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ECO, Umberto. *O nome da rosa.* 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

FARIAS, Fabíola. Apresentação. *In:* BRITTO, Luiz Percival Leme. *Ao revés do avesso:* leitura e formação. São Paulo: Pulo do Gato, 2015. p. 4-15.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura.* São Paulo: Ed. Unesp, 2005.